

2024

# ENFERMAGEM PSIQUIÁTRICA FÓRENSE

POR ANA LEODORO

## UMA INTRODUÇÃO ESSENCIAL

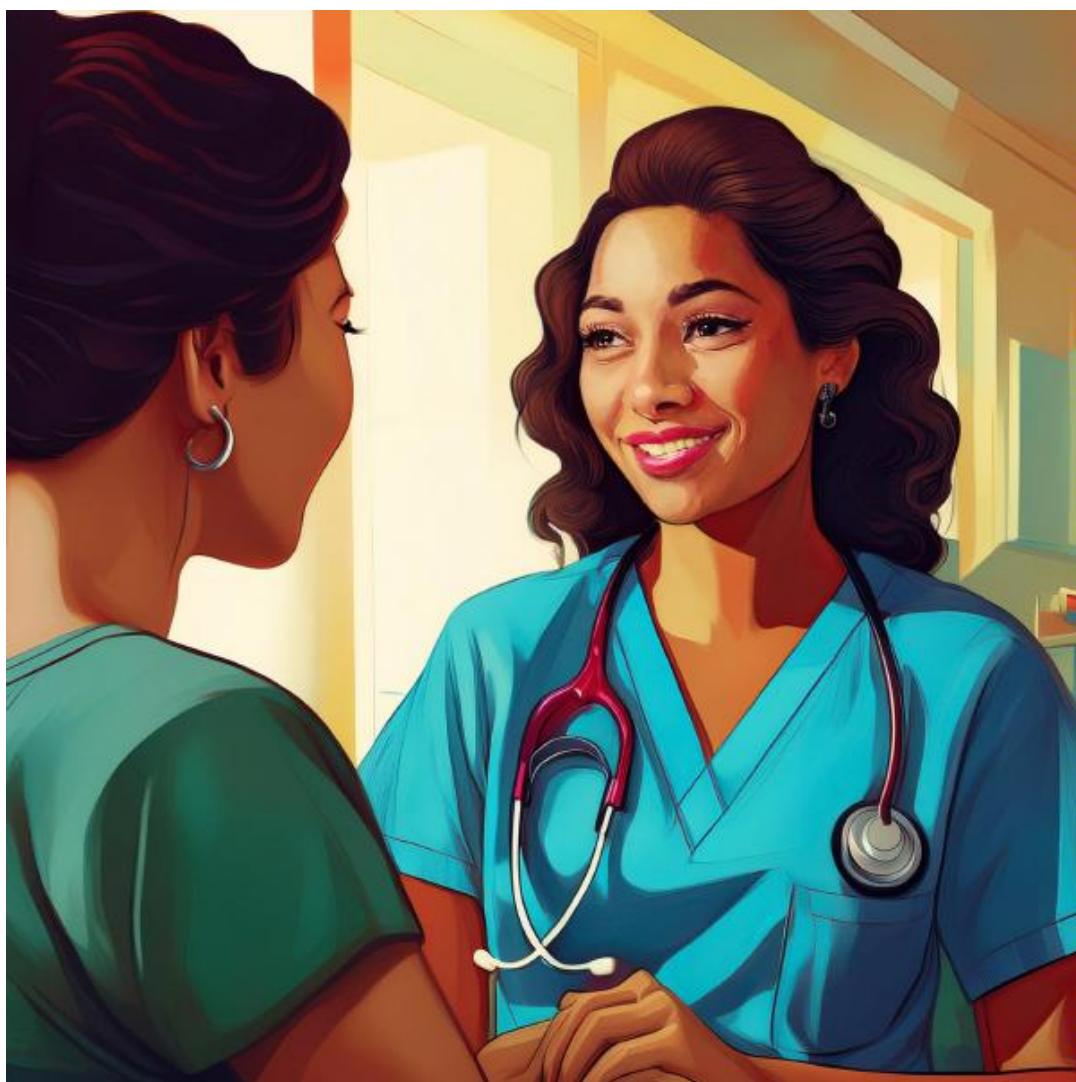
ANO 2024

# Sumário

1. O que é Enfermagem Psiquiátrica Forense?
2. História da Psiquiatria Forense: Uma Jornada Milenar
3. Imputabilidade e Inimputabilidade Penal: A Mente e a Lei
4. Doenças Mentais e o Código Penal: Quando a Mente Esbarra na Lei
5. O Papel do Enfermeiro Forense Psiquiátrico: Cuidado e Justiça em Equilíbrio
6. O Futuro da Enfermagem Psiquiátrica Forense: Desafios, Oportunidades e Esperança
7. Considerações Finais

# O que é Enfermagem Psiquiátrica Forense?

A Enfermagem Psiquiátrica Forense é um ramo especializado da enfermagem que se dedica à aplicação de conhecimentos e técnicas de enfermagem em questões legais que envolvem a saúde mental. O enfermeiro forense psiquiátrico atua na interseção entre o cuidado de pacientes com transtornos mentais e o sistema de justiça, desempenhando um papel essencial na avaliação, tratamento e acompanhamento de indivíduos envolvidos em processos criminais.



**O enfermeiro forense psiquiátrico utiliza suas habilidades para:**

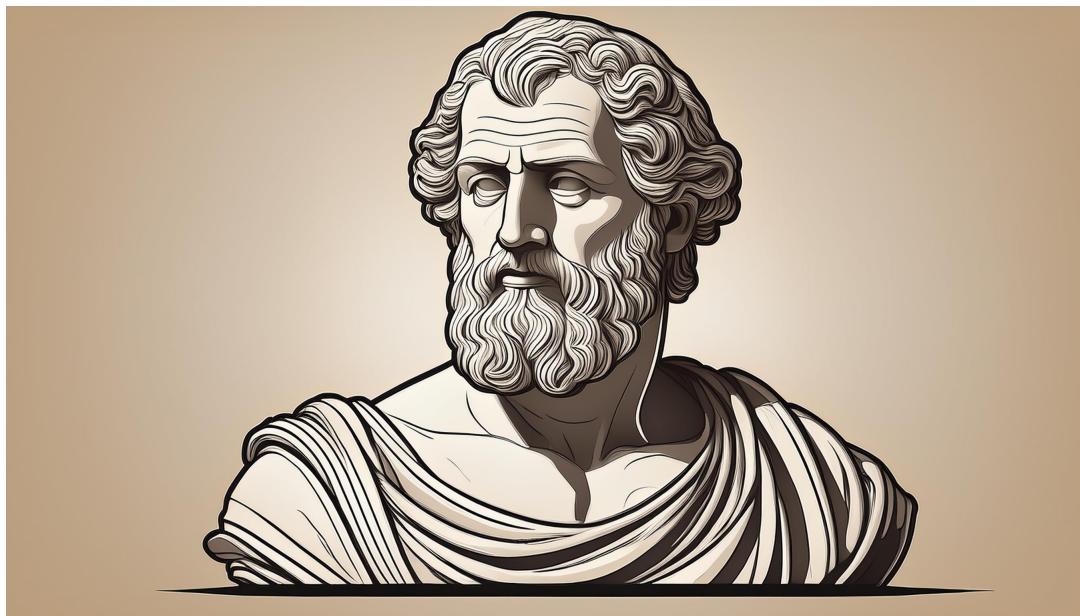
- Avaliar a saúde mental de suspeitos, réus e vítimas, auxiliando na determinação da imputabilidade penal e na elaboração de laudos periciais que podem ser cruciais para o desfecho de um processo judicial.

- Oferecer cuidados de enfermagem especializados a pessoas com transtornos mentais que se encontram em contextos forenses, como hospitais de custódia e centros de atenção psicossocial (CAPS), garantindo que suas necessidades sejam atendidas de forma ética e compassiva.
- Desenvolver e implementar planos de tratamento e reabilitação psicossocial, com o objetivo de auxiliar na reinserção social dessas pessoas e reduzir o risco de reincidência criminal, promovendo a saúde mental e o bem-estar.
- Facilitar a comunicação e colaboração entre o sistema de saúde e o sistema judicial, fornecendo informações e suporte técnico em processos legais, atuando como um elo fundamental entre essas duas áreas.

A Enfermagem Psiquiátrica Forense é uma área desafiadora e complexa, que exige do profissional não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade, ética e capacidade de lidar com situações delicadas. O enfermeiro forense psiquiátrico desempenha um papel fundamental na promoção da justiça e na garantia dos direitos de pessoas com transtornos mentais, assegurando que recebam o tratamento e o cuidado adequados, mesmo em contato com o sistema legal.



Grande parte da discussão sobre a responsabilidade legal dos homens e das mulheres se deve ao fato de que os homens e as mulheres eram considerados responsáveis por suas ações. Isso levou à compreensão da relação entre ações, intenção e responsabilidade legal, lançando as bases para o que viria a ser a Psiquiatria Forense.



O marco definitivo veio com Paolo Zacchia, médico italiano do século XVII, considerado o pai da Medicina Legal. Sua obra "Questões Médico-Legais" abordou a relação entre medicina e direito em diversas áreas, incluindo a saúde mental, abrindo caminho para o surgimento da Psiquiatria Forense como especialidade



No Brasil, a legislação sobre inimputabilidade evoluiu ao longo dos séculos. Durante o período imperial, menores de 14 anos e "alienados" eram considerados inimputáveis. O Código Penal de 1940 trouxe avanços, estabelecendo critérios para a avaliação da capacidade de entendimento e autodeterminação em casos de doença mental.



A história da Psiquiatria Forense é uma jornada de aprendizado e progresso, impulsionada pela busca por justiça e compreensão da complexidade da mente humana. Atualmente, o enfermeiro forense psiquiátrico desempenha um papel fundamental nessa história, aplicando seu conhecimento para garantir que a lei seja aplicada com equidade e que pessoas com transtornos mentais recebam o cuidado e o tratamento adequados.

# Imputabilidade e Inimputabilidade Penal: A Mente e a Lei

No sistema judicial, a imputabilidade se refere à capacidade de um indivíduo entender o caráter ilícito de seus atos e agir de acordo com esse entendimento. Em outras palavras, é a capacidade de ser responsabilizado legalmente por seus crimes. A inimputabilidade, por sua vez, ocorre quando essa capacidade está comprometida devido a uma doença mental ou desenvolvimento mental incompleto.

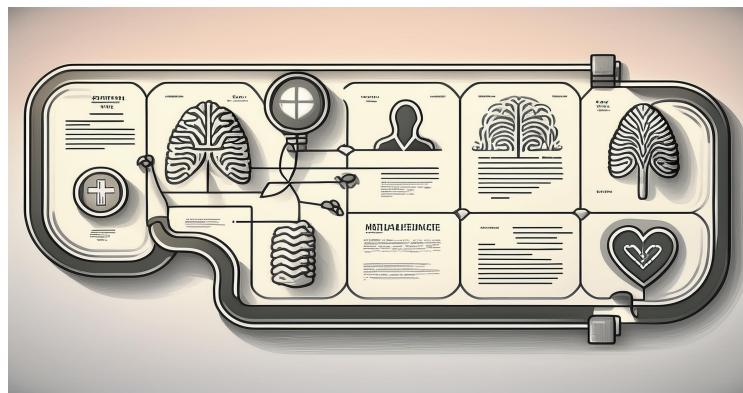


## Exemplos práticos:

- **Imputável:** Um adulto sem transtornos mentais que comete um roubo entende que sua ação é ilegal e pode ser punido por ela.
- **Inimputável:** Uma pessoa com esquizofrenia em surto psicótico que comete um ato violento pode não compreender a natureza de seu ato ou ser incapaz de controlar seus impulsos, sendo considerada inimputável.

## Responsabilidade legal x Capacidade de entendimento:

A responsabilidade legal se concentra nas consequências jurídicas de um crime, enquanto a capacidade de entendimento se refere ao estado mental do indivíduo no momento do ato. O enfermeiro forense psiquiátrico desempenha um papel crucial na avaliação dessa capacidade, fornecendo informações valiosas ao sistema judicial.



### O papel do enfermeiro forense na avaliação:

- **Entrevista clínica:** O enfermeiro realiza uma entrevista detalhada com o indivíduo, buscando entender seu histórico de saúde mental, funcionamento cognitivo e emocional, e possíveis fatores que possam ter influenciado seu comportamento no momento do crime.
- **Observação comportamental:** O enfermeiro observa o comportamento do indivíduo, buscando identificar sinais de transtornos mentais, como delírios, alucinações ou desorganização do pensamento.
- **Análise de prontuários:** O enfermeiro revisa o histórico médico e outros documentos relevantes para obter informações adicionais sobre a saúde mental do indivíduo.
- **Elaboração de laudo pericial:** Com base em sua avaliação, o enfermeiro elabora um laudo pericial detalhado, descrevendo o estado mental do indivíduo, sua capacidade de entendimento e autodeterminação, e as possíveis implicações para o caso.

A avaliação realizada pelo enfermeiro forense psiquiátrico é fundamental para garantir que a justiça seja feita de forma justa e que pessoas com transtornos mentais recebam o tratamento e o suporte adequados.

O código penal estabelece que o prazo mínimo de internação a ser estabelecido pelo juiz é de 1 a 3 anos, mas não prevê período máximo de duração. O juiz irá impor a sentença que chamamos de “Sentença Absolutória Imprópria”, na qual o acusado não vai para a cadeia ou um presídio, sendo encaminhado à internação em Hospital de Custódia e tratamento psiquiátrico (art. 96 do código penal).

Art. 96. As medidas de segurança são: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - Sujeição a tratamento ambulatorial. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único - Extinta a punibilidade, não se impõe medida de segurança nem subsiste a que tenha sido imposta. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Imposição da medida de segurança para inimputável.

Alguns transtornos de personalidade podem tornar um indivíduo imensamente perigoso, e o sistema jurídico precisa afastar o indivíduo da sociedade, levando em consideração que esse indivíduo não entendeu o caráter ilícito de seus atos. A lei penal brasileira não traz a expressão “personalidades psicopáticas”, porém ela está inserida dentro do art. 26, parágrafo único, do código penal, como uma das perturbações mentais, que afetam diretamente todo o comportamento, pensamento, sentimentos, sensações, relacionamentos, etc...

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

# Doenças Mentais e o Código Penal: Quando a Mente Esbarra na Lei

O Código Penal Brasileiro reconhece que algumas doenças mentais podem comprometer a capacidade de entendimento e autodeterminação de um indivíduo, levando à inimputabilidade penal. As principais condições que podem resultar nessa situação incluem:

- **Psicose:** Transtornos mentais graves que afetam a percepção da realidade, como a esquizofrenia, em que o indivíduo pode apresentar delírios, alucinações e pensamento desorganizado.
- **Neurose:** Distúrbios psíquicos que envolvem ansiedade, medos e compulsões, podendo em casos extremos afetar a capacidade de discernimento.
- **Transtornos de Personalidade:** Padrões persistentes de comportamento e pensamento que se desviam das normas sociais, como a psicopatia e a sociopatia, que podem levar a comportamentos impulsivos e antissociais.
- **Retardo Mental:** Limitações significativas no funcionamento intelectual e adaptativo, que podem comprometer a compreensão das consequências dos atos.



## O Código Penal e as Medidas de Segurança:

Quando um indivíduo é considerado inimputável, o Código Penal Brasileiro prevê a aplicação de "medidas de segurança" em vez de pena privativa de liberdade. Essas medidas visam o tratamento e a reabilitação do indivíduo, buscando sua reinserção social e a proteção da sociedade. As principais medidas de segurança são:

- **Internação em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico:** Para casos mais graves, em que o indivíduo representa um risco para si ou para terceiros.
- **Tratamento Ambulatorial:** Para casos menos graves, em que o acompanhamento em liberdade é possível, geralmente em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).



O objetivo das medidas de segurança é oferecer tratamento e suporte adequados às pessoas com transtornos mentais que cometem crimes, buscando sua recuperação e reintegração à sociedade. O enfermeiro forense psiquiátrico desempenha um papel fundamental na implementação e acompanhamento dessas medidas, contribuindo para a humanização do sistema penal e a promoção da saúde mental.

# O Papel do Enfermeiro Forense Psiquiátrico: Cuidado e Justiça em Equilíbrio

O enfermeiro forense psiquiátrico desempenha um papel multifacetado e essencial na interface entre a saúde mental e o sistema legal. Suas principais funções incluem:

- **Avaliação:** Realiza entrevistas clínicas, observação comportamental e análise de prontuários para avaliar a saúde mental de indivíduos envolvidos em processos criminais, auxiliando na determinação da imputabilidade e na elaboração de laudos periciais.
- **Tratamento:** Implementa planos de cuidado individualizados para pacientes com transtornos mentais em contextos forenses, incluindo administração de medicamentos, terapia e atividades de reabilitação psicossocial.
- **Acompanhamento:** Monitora a evolução do paciente, avalia a adesão ao tratamento e identifica possíveis riscos de reincidência, fornecendo suporte contínuo e ajustando o plano de cuidado conforme necessário.
- **Elaboração de relatórios e laudos:** Documenta detalhadamente suas observações, avaliações e intervenções, fornecendo informações cruciais para o sistema judicial e para a equipe de saúde mental.
- **Educação e prevenção:** Promove a conscientização sobre saúde mental e direitos humanos em contextos forenses, contribuindo para a redução do estigma e da discriminação.

## Atuação em Hospitais de Custódia e CAPS:

- **Hospitais de Custódia:** O enfermeiro forense psiquiátrico atua no cuidado de pacientes com transtornos mentais que cometem crimes e foram considerados inimputáveis, implementando planos de tratamento e reabilitação em um ambiente seguro e estruturado.
- **CAPS:** O enfermeiro trabalha em conjunto com a equipe multidisciplinar para oferecer tratamento e suporte a pessoas com transtornos mentais em liberdade assistida, visando sua reinserção social e a prevenção da reincidência criminal.

A atuação do enfermeiro forense psiquiátrico é fundamental para garantir que pessoas com transtornos mentais recebam o cuidado e a justiça que merecem. Sua expertise

contribui para a humanização do sistema penal, a promoção da saúde mental e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.



A atuação do enfermeiro forense que atua no cuidado desse indivíduo deve ser terapêutica, desde a primeira abordagem, pois, inserido no contexto penal, devemos não olhar apenas para a situação atual, mas transcender, atingindo todas as esferas do cuidado, emitindo laudos para o Ministério Público, demonstrando a evolução e a aderência ao tratamento proposto adequado enquanto cumpre seu período de reclusão em liberdade assistida, favorecendo assim a concretude pericial do Enfermeiro Forense Psiquiátrico.

# O Futuro da Enfermagem Psiquiátrica Forense: Desafios, Oportunidades e Esperança

A Enfermagem Psiquiátrica Forense se encontra em um momento crucial de sua história, com desafios e oportunidades que moldarão seu futuro. A crescente demanda por profissionais especializados, a necessidade de aprimoramento da formação e a luta contra o estigma da doença mental são alguns dos desafios que a área enfrenta.



No entanto, o futuro também reserva oportunidades promissoras. O desenvolvimento de novas tecnologias, como a telemedicina e a inteligência artificial, pode ampliar o alcance e a eficácia dos cuidados em saúde mental em contextos forenses. A crescente conscientização sobre a importância da saúde mental e a necessidade de um sistema

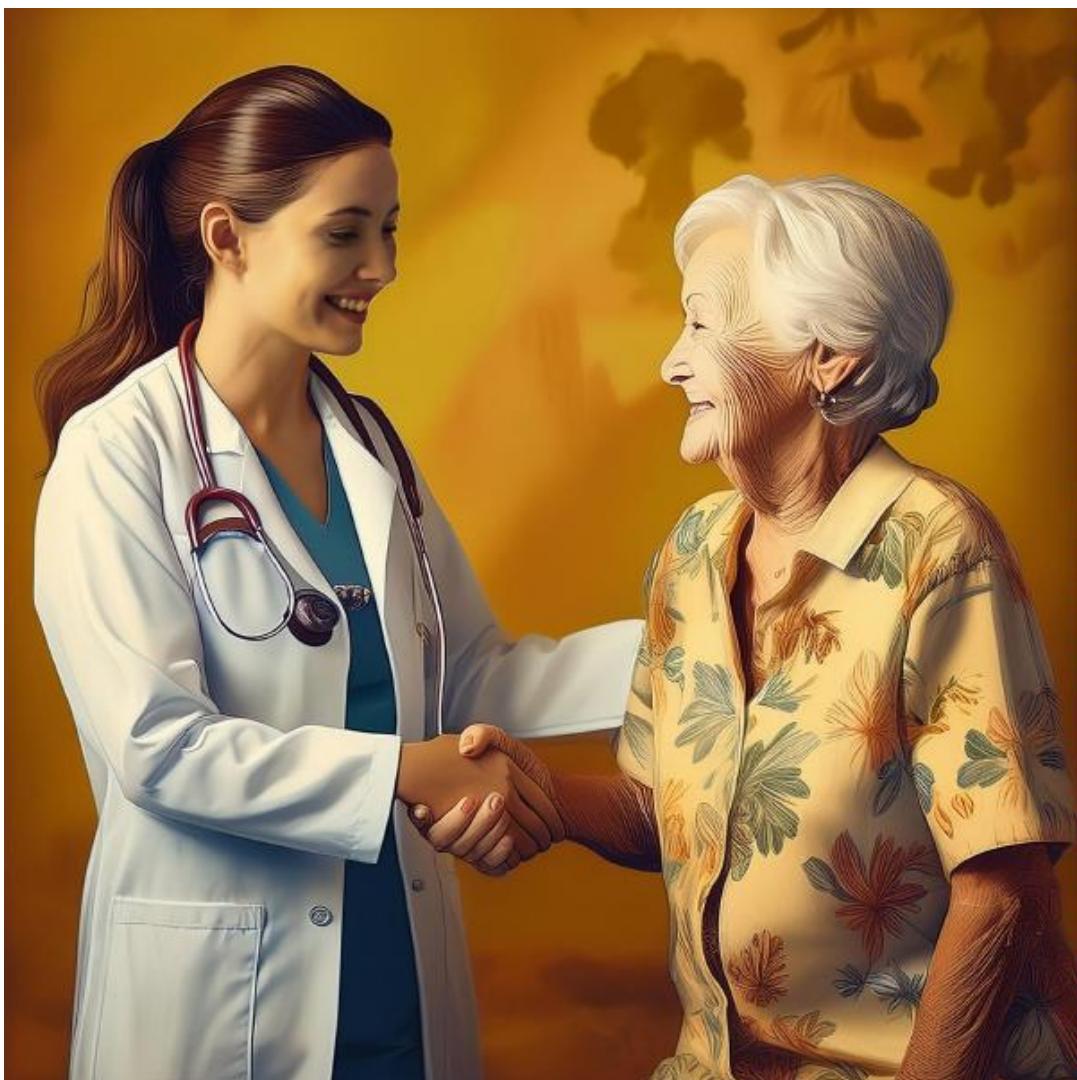
judicial mais justo e humanizado também abrem portas para a expansão da atuação do enfermeiro forense psiquiátrico.



A luta contra o estigma da doença mental é um desafio constante, mas também uma oportunidade para promover a inclusão e a equidade. O enfermeiro forense psiquiátrico, com sua expertise e sensibilidade, pode desempenhar um papel fundamental na desconstrução de preconceitos e na promoção de uma sociedade mais acolhedora para pessoas com transtornos mentais.

## Mensagem final:

O futuro da Enfermagem Psiquiátrica Forense é promissor e repleto de possibilidades. Com dedicação, conhecimento e compaixão, os enfermeiros forenses psiquiátricos podem transformar vidas, promover a justiça e construir um futuro mais humano e inclusivo para todos.



# Considerações Finais

Este e-book buscou apresentar uma introdução concisa, porém abrangente, à Enfermagem Psiquiátrica Forense, explorando sua história, conceitos fundamentais e o papel crucial do enfermeiro nessa área. Agradeço a você, leitor, por embarcar nessa jornada de conhecimento e espero que este material tenha despertado seu interesse por essa especialidade tão relevante.

## Referências:

- LEODORO, Ana Maria; ESTEVES, Rafael Braga. O Campo da Responsabilidade Criminal para a Enfermagem Forense. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 7, n. 5, p. 104-113, 2022.

## Agradecimentos:

Agradeço à enfermeira Ana Maria Leodoro por compartilhar seu conhecimento e experiência na área da Enfermagem Psiquiátrica Forense através de seu trabalho de conclusão de curso, contribuindo significativamente para a elaboração deste e-book. Agradeço também a todos os profissionais que dedicam suas vidas a essa importante missão de cuidar e promover a justiça para pessoas com transtornos mentais em contato com o sistema legal.

## Informações de Contato:

### Ana Leodoro

Enfermeira Psiquiátrica Forense

[Endereço completo]

[Telefone]

[E-mail]

[Site/Redes sociais]

Convido você a entrar em contato para obter mais informações sobre a Enfermagem Psiquiátrica Forense ou para agendar uma consulta.

## Lembre-se:

A informação é o primeiro passo para a transformação. Compartilhe este e-book com seus amigos, familiares e colegas de profissão, contribuindo para a disseminação do conhecimento e a quebra do estigma da doença mental.